

Intervenção de S. Exa o Ministro do Ambiente e Ação
Climática de Portugal

25ª Conferência das Partes à Convenção Quadro das Nações
Unidas para as Alterações Climáticas (COP25)

Madrid, 11 de dezembro 2019

Senhora Presidente,

Distintas e distintos colegas,

Senhoras e Senhores,

Congratulo a Presidência Chilena e o Governo de Espanha pelo empenho na organização desta Conferência, que nos permite reafirmar o sentido de urgência, compromisso e cooperação necessários na resposta global às alterações climáticas.

Senhoras e Senhores,

Quanto mais adiarmos a ação climática, mais intensos serão os efeitos das alterações climáticas e maiores os custos da inação.

O compromisso de Portugal com o combate às alterações climáticas, no quadro do Acordo de Paris, é firme e determinado.

Por isso, submetemos, um ano antes do previsto, a nossa Estratégia de Longo Prazo para a Redução de Emissões de Gases com Efeito

de Estufa, que consagra o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica em Portugal até 2050.

O nosso caminho está traçado. O nosso Roteiro estabelece a trajetória de descarbonização para alcançar em 2050 uma redução de emissões superior a 85% e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e das florestas.

Destaco que para isso, precisamos de uma floresta, mais sustentável e resiliente, o que exige uma nova abordagem à paisagem, o reconhecimento de serviços de ecossistemas e a adoção de soluções de base natural. Portugal está a dar passos firmes nesse sentido.

Porque a próxima década é crucial redefinimos com ambição as metas para 2030: reduzir 55% as emissões, alcançar 35% de eficiência energética e atingir 47% de renováveis no consumo final de energia.

Para reduzir 40% as emissões dos transportes estamos a apostar na mobilidade elétrica, em autocarros de elevado desempenho ambiental e reduzimos muito significativamente o preço dos transportes coletivos. Com este programa, em apenas 6 meses, aumentámos em 12% a sua utilização e em 35% o número de passes vendidos nas duas áreas metropolitanas.

Atualmente 55% da eletricidade é de origem renovável e, até 2030, ambicionamos atingir os 80%, eliminando o recurso ao carvão até 2023, antecipando a data anteriormente anunciada.

O mais recente impulso do solar permite-nos consolidar a ambição de duplicar a capacidade instalada renovável até 2030.

O record mundial de preço (14,76€/Mwh) obtido no primeiro leilão de solar em Portugal, demonstra que a transição energética é uma oportunidade para baixar custos para as famílias e para alavancar a competitividade da economia.

Abraçamos a inovação e a criação de novas oportunidades que esta nos proporciona. Olhamos o desenvolvimento da cadeia de valor do hidrogénio e dos gases renováveis com interesse e vemos aqui uma alternativa para os setores mais intensivos em energia se descarbonizarem.

Para nós é claro. A escolha não é entre crescimento e preservação do ambiente. Em Portugal, será precisamente num cenário de maior desenvolvimento económico que mais facilmente conseguiremos atingir a neutralidade carbónica.

Caros Colegas,

Temos de ser capazes de salvaguardar o espírito de cooperação global e a ambição progressiva que caracterizam o Acordo de Paris.

As regras têm de ser pilares sólidos para a operacionalização da ação e catalisadoras de ambição. Queremos alcançar um resultado positivo no que respeita ao Artigo 6, que apoie maior ambição e garanta plena integridade na mitigação, sob pena de pôr em causa a credibilidade do sistema e do nosso processo multilateral.

Estes mecanismos de mercado têm que criar incentivos fortes para reduzir emissões agora e no futuro. Para tal, temos que assegurar que não ocorre dupla contagem de reduções de emissões.

E temos que garantir que a transição para o período pós-2020 não compromete os níveis de ambição atuais –insuficientes face ao que a ciência nos diz ser necessário – e futuros do Acordo de Paris.

O próximo ano será fundamental para a afirmação e consolidação do Acordo de Paris.

Portugal está a fazer a sua parte e gostaria de encorajar todos os países, a estabelecer metas concretas e a aplicar as políticas necessárias para reverter a o aumento de emissões e reduzir os custos e impactos de uma ação tardia.

Senhora Presidente da COP Azul,

Portugal partilha a visão do Chile sobre a necessidade de aprofundar a relação entre oceanos e alterações climáticas.

Aumentar a ambição climática global seria o melhor contributo da UNFCCC e do Acordo de Paris para a saúde dos oceanos.

Em junho de 2020, Portugal e o Quênia coorganizarão a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, em Lisboa, que proporcionará uma excelente oportunidade para aprofundar esta relação.

Convidamos todos os países a participar e a contribuir com a sua experiência para esta discussão que nos parece urgente e decisiva.

Senhora Presidente,

Caros Colegas,

Os apelos à emergência climática resultam da constatação que estas não são apenas um problema das gerações futuras - são um problema atual!

Somos nós que temos de agir!

Em Portugal já sentimos os seus efeitos e por isso a adaptação é uma prioridade.

O tempo está a esgotar-se. E já é quase tarde.

Portugal vai cumprir, Portugal está a cumprir e não admite que outros falhem!

Muito obrigado.